

## CARREIRAS POLÍTICAS DE MULHERES NO BRASIL: APROFUNDANDO O DEBATE A PARTIR DA NOVA BANCADA FEMININA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (2019-2022)

Danusa Marques<sup>1</sup>  
Túlio Pustrelo Celini<sup>2</sup>  
Laura Freire dos Santos<sup>3</sup>

**Resumo:** Nas eleições de 2018, dos 513 deputados federais eleitos, 436 são homens (85% do total), enquanto, 77 são mulheres (15% do total). Apesar do aumento de 50% no número de deputadas eleitas em relação às eleições de 2014, a desigualdade de gênero no Parlamento brasileiro é ainda um problema central do nosso sistema político. Como apontado pela literatura especializada, são diversos os fatores que obstaculizam o acesso das mulheres aos espaços de poder. Em virtude disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar panoramicamente o perfil social e de capital político, em termos bourdieusianos, das deputadas federais eleitas em 2018, comparando as representantes eleitas pela primeira vez a esta Casa com as reeleitas ou eleitas após interrupção. Para tanto, analisamos comparativamente os perfis das eleitas da 56ª Legislatura, observando as convergências e divergências das carreiras de “novatas” e “experientes”, considerando partido político, idade, raça, distrito eleitoral, estado civil, parentalidade, escolaridade, formação acadêmica e a sua profissão. Em nossa análise, entendemos que o perfil social das deputadas não destoava entre “novatas” e “experientes”, mas há um ponto que pode indicar uma tendência de mudança do padrão de recrutamento político das mulheres no Brasil: a presença de capital familiar, ou seja, de parentesco com políticos/as profissionais, é menor entre “novatas” do que entre as deputadas reeleitas ou eleitas após interrupção.

**Palavras-chave:** Gênero e política; carreiras políticas de mulheres; capital político; capital familiar, família política.

**Abstract:** In the Brazilian 2018 elections for the Lower House (Chamber of Deputies), men won 436 (85%) seats, while 77 women (15%) were elected. This election, compared to 2014, carried a significant 50% increase of women elected. However, the impact of gender inequalities to the access to Parliament remains as a major problem for the Brazilian political system. As the specialized literature says, a myriad of variables affects the election of women. This work intends to panoramically analyze the social profile and the political capital, in bourdiesian terms, of women MPs elected in 2018 in Brazil, observing the differences on the political paths of reelected, elected after interruption and first-elected federal deputies. We created a database in order to analyze general information, such as: political party, age, race, FU, civil status, parenting, education, academic background and occupation of women MPs elected in the 56th Legislature. In

<sup>1</sup> Doutora em Ciência Política (UFMG, 2012) e professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOL/UnB), onde atualmente é diretora (2021-23). E-mail: [danusa@unb.br](mailto:danusa@unb.br).

<sup>2</sup> Mestrando em Ciência Política pela Universidade de Brasília, é graduado em Ciência Política pela mesma instituição. Atualmente é bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: [tuliopcelini@gmail.com](mailto:tuliopcelini@gmail.com).

<sup>3</sup> Laura Freire dos Santos é graduada em Ciência Política pela Universidade de Brasília. E-mail: [laaurafreire@gmail.com](mailto:laaurafreire@gmail.com).

this research, we find evidence that their social and political profiles are not divergent, but there is a tendency of change in political family capital patterns: its presence among the women MPs elected in 2018 reveals that experienced MPs show higher percentages of family capital than newly elected MPs.

**Keywords:** gender and politics; gender and political careers; political capital; family capital; political family.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal objetivo analisar o perfil social e as trajetórias políticas das deputadas federais eleitas, no ano de 2018, para a 56ª Legislatura da Câmara dos Deputados brasileira (2019-2022), comparando, assim, os dados de trajetória das representantes eleitas pela primeira vez a esta Casa com as representantes reeleitas ou eleitas após interrupção. A hipótese que orienta nossa pesquisa é de que *não há distância notável entre deputadas federais eleitas pela primeira vez em relação às deputadas reeleitas ou reeleitas após interrupção em 2018*. As dimensões a serem analisadas, a fim de verificar a hipótese anunciada, são: o perfil social das deputadas; seu capital político delegado do próprio campo; o capital político associativo; e o capital familiar, ou seja, a forma de presença de parentes que já ocuparam cargos públicos.

Nossa proposta de investigação se justifica por pelo menos dois motivos. O primeiro deles se deve ao fato de que, nas eleições de 2018, apesar de termos assistido a um crescimento do número de deputadas federais eleitas, contabilizando 15% da Casa, isto é, 77 das 513 cadeiras disponíveis, representando um aumento de 50% em comparação às eleições de 2014 (quando tivemos 51 eleitas, ou seja, 10%), o Brasil ainda apresenta uma das maiores assimetrias de gênero no Parlamento no mundo<sup>4</sup>, realidade que também ocorre na ocupação dos demais cargos políticos do país, nos três níveis de governo (municipal, estadual e federal). Além desse ponto, também nos chama atenção o fato de que a maioria das deputadas federais (55,8% delas) foi eleita ao cargo pela primeira vez<sup>6</sup>:

---

<sup>4</sup> Atualmente, o Brasil ocupa a 142ª posição entre 190 países listados no ranking de igualdade de gênero no parlamento organizado pela Interparliamentary Union (IPU). Na América do Sul, está na frente apenas do Paraguai, que ocupa a 143ª posição. Na lista regional, os três casos com melhores percentuais de mulheres no parlamento são Bolívia (10ª posição global), Argentina (18ª posição global) e Equador (28ª posição global), todos países que contam com leis de paridade de gênero. Disponível em: <https://data.ipu.org/women-ranking?month=1&year=2021>. Acessado em: 30/jan/2021.

<sup>5</sup> A ocupação de cadeiras por mulheres no Parlamento brasileiro é uma história de constante exclusão e marginalização. Para maior contextualização desse cenário, cf. MATOS e BIROLI (2018).

<sup>6</sup> Consideramos como reeleitas as mulheres que ocupavam o cargo de deputadas federais em 2014; reeleitas após interrupção mulheres que já foram deputadas federais em outros mandatos, e voltaram para a Câmara dos Deputados em 2018; e eleitas pela primeira vez as deputadas que nunca tinha ocupado esse cargo.

**Tabela 1** - Reeleição entre eleitas para a Câmara dos Deputados em 2018

Situação	(n)	%
Eleitas pela primeira vez	43	55,8%
Reeleitas	30	39,0%
Eleitas após interrupção	4	5,2%
TOTAL	77	100,0%

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados do TSE

O fenômeno da ampliação da entrada de “novatos” na Câmara dos Deputados em 2018 não foi algo exclusivo das candidaturas femininas. Houve um índice geral de renovação mais alto do que nos pleitos anteriores: a taxa de reeleição foi de 48,9% (251 deputados/as reeleitos/as), 19 (3,7%) deputados foram eleitos/as após interrupção e 243 deputados foram eleitos pela primeira vez (43,7% do total). No entanto, consideramos relevante o fato de que o aumento da bancada feminina tenha acontecido nesse processo geral mais amplo de renovação dos quadros político-eleitorais. Afinal de contas, do ponto de vista da conjuntura política, a eleição de 2018 apresentou uma série de especificidades, porque foi a primeira eleição geral depois da deposição, por golpe parlamentar, da presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2016 (RUBIM; ARGOLO, 2018); a primeira eleição geral sem financiamento empresarial, proibido a partir da Reforma Eleitoral de 2015<sup>7</sup>; e a primeira eleição com vigência da reserva de financiamento de pelo menos 30% do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita no rádio e na TV, por decisão do TSE (resolução TSE 23.568/2018). Para nós, interessa também o fato de que o processo eleitoral de 2018, desde o período de pré-campanha oficial, se deu em um contexto sócio-político hostil às mulheres, tendo como marcas o fortalecimento de grupos neoconservadores e autoritários contrários às agendas dos movimentos feministas e LGBTI+ e o aumento da violência política de gênero, tendo como um de seus exemplos mais extremos e brutais o assassinato da vereadora Marielle Franco<sup>8</sup> (PSOL-RJ) e de seu motorista Anderson Gomes (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020; MATOS, 2020).

<sup>7</sup> Apesar dessa regra valer pela primeira vez nas eleições gerais em 2018, já estava vigente nas eleições municipais de 2016.

<sup>8</sup> Marielle Franco era uma mulher negra, bissexual, mãe de Luyara, militante de esquerda, formada em Ciências Sociais e Mestre em Administração Pública. Foi a 5ª vereadora mais bem votada nas eleições municipais de 2016 no Rio de Janeiro. Dentre suas principais agendas políticas, destacavam-se a crítica a atuação de milícias paramilitares e o abuso de autoridade por parte da Polícia Militar nas favelas e periferias cariocas, sobretudo após a promulgação do decreto nº 9 288/2018, pelo então presidente Michel Temer (MDB), que colocou em curso a intervenção militar no estado do Rio de Janeiro. Em 14 de março de 2018, Marielle Franco foi assassinada com tiros na cabeça e no pescoço. O crime permanece impune, ainda que sob investigação por parte das autoridades públicas. Cf. <https://www.institutomariellefranco.org/>. Acessado em 24/jun/2020.

Nesse sentido, apesar deste artigo não ter como um de seus objetivos discutir os fatores conjunturais específicos que contribuíram para a emergência desse engajamento por “renovação política”<sup>9</sup> e a sua relação com ampliação eleitoral das “novas direitas”<sup>10</sup>, tal como a vitória de um candidato de extrema-direita para a presidência da República<sup>11</sup>, consideramos que as informações apresentadas, ao longo do texto, contribuem tanto no sentido de mapear o perfil e as trajetórias das mulheres que conseguiram se eleger nesse contexto, quanto problematizar os limites da chamada “renovação política”, a partir de uma perspectiva crítica dos estudos sobre as carreiras políticas femininas<sup>12</sup>. Para isso, algumas questões nortearam a nossa investigação, tais como: Qual é o perfil social das mulheres eleitas em 2018? Existem diferenças entre o perfil social das mulheres eleitas pela primeira vez (“novatas”) em relação ao das mulheres reeleitas ou reeleitas após interrupção (“experientes”)? Se sim, quais? Como “novatas” e “experientes” se distribuem no eixo do espectro político-partidário? Há, ainda, diferenças significativas de faixa etária e escolaridade entre elas? De maneira geral, elas têm filhos/as? Além disso, essas mulheres que se elegeram pela primeira vez já ocuparam algum cargo público anteriormente? Elas apresentam trajetórias políticas vinculadas a parentes que já ocuparam (ou ainda exercem) cargos públicos eletivos?

Esta análise, portanto, articula diferentes agendas de pesquisa da Ciência Política, tais como os debates sobre a sub-representação feminina nos espaços de tomada de decisão e os obstáculos à participação política de mulheres. Afinal, a teoria política feminista já nos indica que representação e participação política não podem ser compreendidas, em sua complexidade, se analisadas de forma isolada uma da outra. A sub-representação feminina nos espaços de tomada de decisão política não é um problema simplesmente de escala e proporcionalidade, tendo em vista o fato de que mais da metade da população é composta por mulheres (PHILLIPS, 1995). Trata-se, para além disso, de um central problema democrático e de injustiça, em virtude dos obstáculos políticos e sociais à participação política de mulheres. Os estereótipos de gênero e a divisão sexual

---

<sup>9</sup> Para uma análise nesse sentido, cf. OLIVEIRA e MACEDO (2020).

<sup>10</sup> Para um debate aprofundado sobre as direitas no contexto brasileiro recente, cf. VELASCO E CRUZ, KAYSEL e CODAS (2015) e GALLEGO (2018), dentre outros.

<sup>11</sup> Cf. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/com-reeleicao-abaixo-de-50-camara-tera-renovacao-recorde.shtml>. Acessado em 24/jun/2020.

<sup>12</sup> Não analisaremos, neste trabalho, o perfil e as trajetórias políticas dos homens eleitos pela primeira vez, reeleitos ou reeleitos após interrupção para o cargo de deputado federal no ano de 2018. Apesar deste problema ser muito importante e ter relação com a problemática aqui proposta, o objetivo específico desta pesquisa é focado nas deputadas mulheres.



do trabalho, por exemplo, retroalimentam desigualdades sociais que colocam as mulheres em posições de desvantagem, não apenas entre si, mas, sobretudo, em relação aos homens (MIGUEL; BIROLI, 2011; BIROLI, 2018). Essa questão diz respeito também à importância de que os interesses e as perspectivas sociais das mulheres estejam presentes nesses espaços, não apenas disputando as decisões e os enquadramentos normativos em questão, mas também redefinindo as suas agendas e prioridades. Assim, seria possível ir além, de opiniões e demandas de grupos sociais que sempre monopolizaram esses espaços - em sua maioria, homens brancos, ricos e heterossexuais (YOUNG, 2000). Essa abordagem analítica busca, assim, que a crítica democrática avance para além, simplesmente, de uma análise descritiva dos constrangimentos institucionais do sistema eleitoral e partidário (MARQUES, 2021).

Para tanto, organizamos este artigo em três seções, além das considerações finais, sempre comparando as deputadas eleitas pela primeira vez em 2018, ou “novatas”, com as deputadas “experientes”, ou seja, reeleitas ou eleitas após interrupção. Na primeira seção, apresentamos as bases teóricas e as principais estratégias metodológicas utilizadas pela nossa pesquisa. Já na segunda, estabelecemos um mapeamento do perfil e das origens das deputadas eleitas ou reeleitas. Na terceira, nos debruçamos sobre a análise do capital político – delegado da ocupação de cargos eletivos e não eletivos, da militância na sociedade civil organizada e na família política, ou seja, o capital político familiar. Por fim, nas considerações finais, apresentamos uma discussão dos nossos principais achados e da agenda de pesquisa sobre gênero e carreira política na Câmara dos Deputados no Brasil.

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Os estudos sobre carreiras políticas, desenvolvidos principalmente a partir de meados do século XX, fazem parte de uma área de pesquisa mais ampla da Ciência Política dedicada ao tema das chamadas elites políticas. Esses trabalhos estão pautados em duas grandes abordagens teórico-metodológicas. Em linhas gerais, a primeira está mais ligada à sociologia política, tendo como principal objetivo discutir as trajetórias das carreiras políticas e as diferentes formas de recrutamento dos/as representantes eleitos/as (BOURDIEU, 1989; GAXIE, 2012 [1980]; NORRIS, 2013). Já a segunda tem como base o neoinstitucionalismo de escolha racional, focado na análise do comportamento individual dos agentes políticos. Isso significa que sua preocupação central é investigar os impactos da relação entre a atuação política dos/as representantes e os

constrangimentos institucionais gerados a partir de então para as suas carreiras políticas (ROHDE, 2012 [1979]; SCHLESINGER, 1966).

No entanto, embora essa temática ocupe uma posição relativamente central nos estudos desenvolvidos pela abordagem hegemônica da Ciência Política, existem lacunas nessas abordagens que são pouco questionadas. O foco quase que exclusivo na relação indivíduo-instituições acaba precipitadamente universalizando uma série de questões. Em consequência disso, as dinâmicas internas das instituições (e sua reprodução) são vistas dentro de uma perspectiva analítica que neutraliza, ou desconsidera, as próprias relações de poder que *constituem* esses espaços. Por exemplo, as barreiras enfrentadas pelos/as candidatos/as que têm o acesso a esses espaços sistematicamente dificultado são pouco discutidas, e menor ainda é o volume de investigações, dentro dessas leituras, que dediquem suas análises às desigualdades reais que estruturam o campo político — como, por exemplo, as desigualdades de gênero (MARQUES, 2010, 2021).

Isso não significa dizer que essa questão não seja problematizada. De fato, os estudos enquadrados na área da sociologia política questionam a “neutralidade” dos espaços institucionais, bem como as hierarquias e estruturas de poder que os configuram, principalmente os filtros de classe e ocupacionais. Muitas vezes mobilizando a tríade *campo/habitus/capital*, de Pierre Bourdieu (2011 [1999]), e/ou trabalhando as origens e trajetórias desses agentes políticos, esses estudos compreendem que o âmbito no qual se dão as disputas políticas é um terreno configurado a partir de uma organização hierárquica específica – são, afinal, estudos de *elites*, e não de massas. No entanto, na maioria das vezes, essas abordagens discutem superficialmente a forma como esses mecanismos de filtragem e exclusão atuam. Essa realidade evidencia a necessidade de que os estudos sobre elites se atentem não só para os dados panorâmicos, mas também para as formas como as desigualdades políticas se constituem na relação de exclusão, marginalização e dominação entre grupos específicos – entre os gêneros, grupos raciais, entre as classes etc. Afinal de contas, o campo político é constituído e se reproduz a partir de estruturas e hierarquias sociais com evidentes vieses de gênero, raça e classe social que comprometem o aprofundamento do regime democrático enquanto tal. A promessa de igualdade formal estendida a todos os cidadãos, sejam homens ou mulheres, convive em atrito com uma série de violências e de desigualdades sociais que impedem o efetivo exercício de poder de determinados grupos sociais em posições de menor prestígio e influência política (MARQUES, 2010, 2021; MIGUEL, 2016).

Esta contextualização, ainda que breve, é importante para compreendermos de onde partem as discussões que serão apresentadas no presente artigo. Mesmo que de maneira distinta, dadas as especificidades institucionais, os estudos sobre carreiras políticas desenvolvidos no Brasil têm como ponto de partida as hipóteses e os pressupostos teórico-metodológicos apresentados anteriormente (MARQUES, 2019, pp. 210-11). Nesse sentido, apesar de a temática das desigualdades sociais não ocupar uma posição hegemônica dentro desse campo de pesquisas, é possível observarmos mudanças significativas nesses estudos, tendo em vista a ampliação de visões mais críticas no campo acadêmico, como os debates travados pelas teóricas feministas da política (Ibidem, p. 212).

Os estudos sobre carreiras políticas de mulheres no Brasil são majoritariamente centrados na construção de uma radiografia das origens e trajetórias das representantes eleitas. Esse esforço é importante e significativo, pois nos ajuda a compreender no que diferem, ou não, as eleitas e os eleitos (para estudos sobre deputadas federais, que são o principal recorte destas pesquisas, cf. principalmente ARAÚJO; ALVES, 2007; MARQUES, 2010; MIGUEL; BIROLI, 2011; PINHEIRO, 2007; PINTO; SILVEIRA, 2018). Partindo desse enquadramento teórico e metodológico, nosso trabalho busca dar mais um passo nessa área de pesquisa, tendo como principal objetivo analisar *como são as trajetórias sociais e políticas das mulheres eleitas pela primeira vez ao Parlamento brasileiro em 2018, em comparação com as mulheres reeleitas ou eleitas após interrupção*.

O presente trabalho, portanto, está orientado por um debate teórico que é também empiricamente situado. Nesse estudo, trabalhamos principalmente com a análise de estatísticas descritivas, controlando-se pela condição de eleição das deputadas (ou seja, pelo seu diferente patamar na carreira legislativa). Com o objetivo de agruparmos os dados que consideramos importantes para a apreensão do problema de pesquisa aqui proposto, criamos uma base de dados com 31 variáveis, para compreender os perfis trajetórias políticas das eleitas pela primeira vez, reeleitas ou reeleitas após interrupção. Sendo assim, os dados que serão apresentados se referem as 77 mulheres eleitas para o cargo de deputadas federais em 2018.

Esse banco de dados foi criado com base nos estudos sobre as trajetórias das carreiras políticas das deputadas federais desenvolvidos por Marques (2010) e Pinto e Silveira (2018). As tipologias criadas por Miguel (2003) e por Miguel, Marques e Machado (2015) também foram centrais, nos ajudando, principalmente, no processo de



seleção de quais seriam as variáveis mais importantes para compreendermos os principais fatores sociais que orientam as carreiras políticas no Brasil. É importante destacar que pequenas adaptações foram feitas, tendo em vista algumas mudanças contextuais, principalmente no que se refere aos tipos de capital analisados.

As principais informações gerais coletadas foram: partido político, idade, raça, UF, estado civil, parentalidade, escolaridade, formação acadêmica e profissão. Entre as variáveis relacionadas aos tipos de capital mobilizados pelas deputadas, destacam-se o capital político e o capital político familiar (ou seja, a família política), conceituados a partir de uma perspectiva bourdieusiana. Entendemos que o capital político é uma forma de reconhecimento que os agentes têm no campo político, na forma de crédito de prestígio e reconhecimento (BOURDIEU, 2011). Ele pode ser delegado do próprio campo – por meio da ocupação de cargos, de militância política, da socialização política do âmbito da família –, aumentando o reconhecimento do agente entre os seus pares e facilitando a incorporação do *habitus* próprio ao campo; ou pode ser convertido de outros campos – como o capital econômico ou o capital midiático.

Em relação à classificação ideológica das deputadas, optamos pelo enquadramento com base na filiação partidária na eleição, mobilizando a classificação elaborada por Campos e Machado (2020):

**Quadro 1** - Partidos políticos por espectro ideológico (2018)

<b>Esquerda</b>	<b>Centro</b>	<b>Direita</b>
PT/PSOL/PCdoB/PSB/ PDT	MDB/PSDB/PPS/PSD/PV/ REDE/PHS/PPL	PSL/DEM/NOVO/PRB/ PODE/PTC/AVANTE/PP/ PROS/PTB/PRP/PR/SD/PSC /PATRI/PMN/DC

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Campos e Machado (2020)

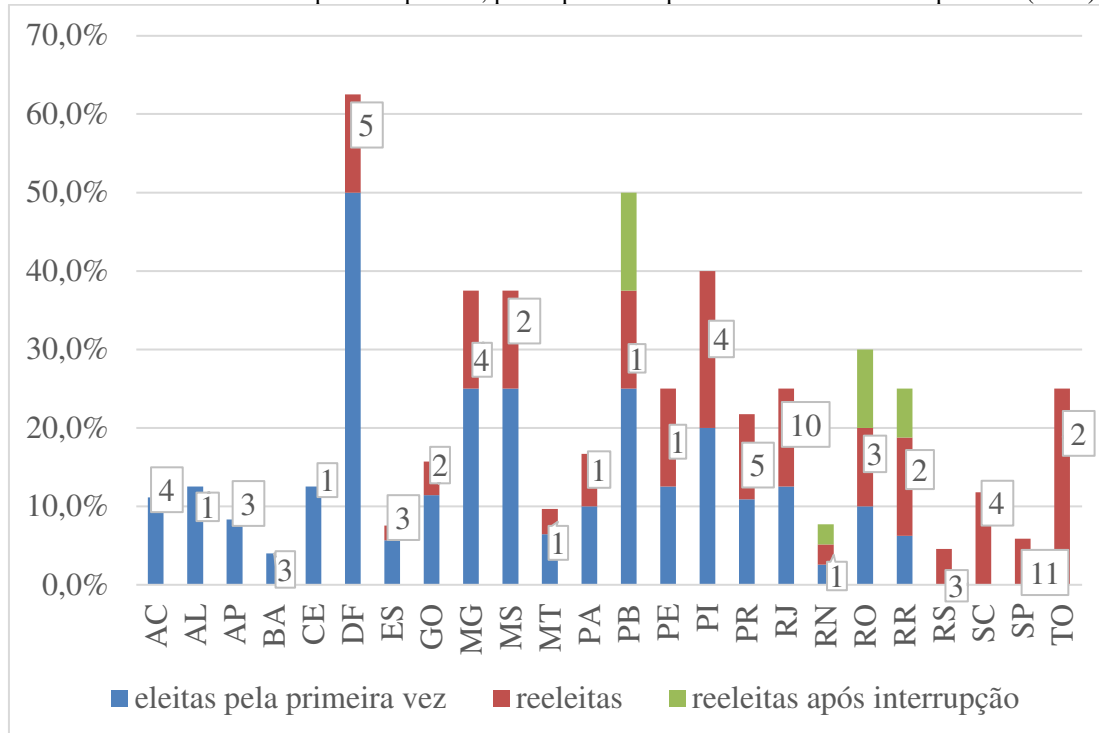
Por fim, deixamos registrado o fato de que todas as informações apresentadas nesse artigo foram coletadas: de sites oficiais governamentais, como o da Câmara dos Deputados e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); do site do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), organização da sociedade civil especializada em monitoramento legislativo; do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (DHBB) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV); e das páginas oficiais das candidatas em plataformas *online*, como suas contas no *Facebook* e *Twitter*.

### 1. O perfil e as origens sociais das eleitas

O Gráfico 1 mostra a distribuição das eleitas por unidade da federação. Amazonas, Sergipe e Maranhão não elegeram nenhuma mulher para o cargo de deputada federal em 2018. Os maiores percentuais de mulheres eleitas se deram em unidades da federação que têm, no total, poucas cadeiras em disputa: Distrito Federal, Acre, Amapá e Rondônia, que têm 8 cadeiras em disputa, pertencendo ao conjunto dos menores distritos eleitorais; e Piauí, com 10 cadeiras em disputa. O fenômeno da maior eleição de mulheres nos distritos brasileiros de menor magnitude, o que contraria as hipóteses da literatura especializada (NORRIS, 2013), já é uma observação recorrente no Brasil, desde as eleições anteriores (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015).

Em números absolutos, o Distrito Federal se mantém em destaque, em terceiro lugar entre as UFs (com 4 deputadas “novatas”), mas a maioria das candidatas que foram eleitas pela primeira vez estão concentradas em São Paulo (8) e Rio de Janeiro (5), que são os maiores distritos eleitorais (com 70 e 46 cadeiras em disputa, respectivamente).

**Gráfico 1 -** Percentual de deputados por UF, por experiência prévia na Câmara dos Deputados (2018)



Rótulo por UF: número efetivo de cadeiras conquistadas  
 Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do TSE

O Distrito Federal, além de ter sido o distrito eleitoral brasileiro que elegeu proporcionalmente mais mulheres em sua bancada (62,5%, ou seja, 5 das 8 cadeiras), é também onde a proporção de eleitas pela primeira vez foi maior: das 5 deputadas federais do DF, apenas uma era reeleita. Isso significa que a razão entre deputadas “novatas” e deputadas “experientes”, ou seja, com passagem anterior pela Casa, foi de 4,0, a maior do país. Apesar de não se destacar como um dos distritos que mais elegeu mulheres, com somente 7,5% da sua bancada ocupada por mulheres (ou seja, metade da média geral), Minas Gerais carrega a segunda maior razão “novatas/experientes”, de 3,0, dado que três do total de quatro deputadas eram eleitas pela primeira vez para a Câmara dos Deputados. São Paulo vem em terceiro lugar e teve uma razão de 2,7 (8 “novatas” e 3 reeleitas). É interessante notar que Rio de Janeiro apresentou o segundo maior número absoluto de “novatas” e a segunda maior bancada feminina, mas a razão “novatas/experientes” foi de 1,0, ou seja, perfeitamente dividida, com metade de reeleitas e metade de eleitas pela primeira vez – é nesse distrito o maior número absoluto de reeleitas, o que indica a maior capacidade de sobreviver politicamente entre as deputadas deste estado, dado que 10,9% da bancada do RJ na Câmara é de deputadas reeleitas.

**Tabela 2** - Experiência eleitoral para a CD e Razão novatas/experientes, por UF das eleitas

UF	Eleitas pela primeira vez	Reeleitas	Eleitas após interrupção	(n) eleitas	Cadeiras UF	% eleitas/UF	Razão novatas/experientes
DF	4	1	0	5	8	62,5%	4,0
MG	3	1	0	4	53	7,5%	3,0
SP	8	3	0	11	70	15,7%	2,7
AP	2	1	0	3	8	37,5%	2,0
RO	2	1	0	3	8	37,5%	2,0
RS	2	1	0	3	31	9,7%	2,0
PR	3	2	0	5	30	16,7%	1,5
AC	2	1	1	4	8	50,0%	1,0
MS	1	1	0	2	8	25,0%	1,0
PI	2	2	0	4	10	40,0%	1,0
RJ	5	5	0	10	46	21,7%	1,0
RR	1	1	0	2	8	25,0%	1,0
BA	1	1	1	3	39	7,7%	0,5
ES	1	1	1	3	10	30,0%	0,5
SC	1	2	1	4	16	25,0%	0,3
CE	0	1	0	1	22	4,5%	0,0
GO	0	2	0	2	17	11,8%	0,0
PA	0	1	0	1	17	5,9%	0,0
TO	0	2	0	2	8	25,0%	0,0
AL	1	0	0	1	9	11,1%	-
MT	1	0	0	1	8	12,5%	-
PB	1	0	0	1	12	8,3%	-
PE	1	0	0	1	25	4,0%	-
RN	1	0	0	1	8	12,5%	-
Total	43	30	4	77			

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados do TSE

A faixa etária que concentra a maior parte das eleitas, 1971-80, cuja idade variava de 47 a 38 anos nas eleições de 2018, têm um número maior de deputadas eleitas pela primeira vez do que as que já tinham passagem pela Casa. Na segunda faixa etária mais frequente, de 1961-1970, tendo na época do pleito entre 57 e 48 anos, a distribuição entre “novatas” e “experientes” é dividida meio a meio. Entre as 15 deputadas mais velhas, que nasceram até 1960, apenas três foram eleitas pela primeira vez. Entre as mais jovens, todas as três eram eleitas pela primeira vez.

**Tabela 3** - Ano de nascimentos das eleitas

Ano de nascimento	Eleitas pela primeira vez	Reeleitas	Eleitas após interrupção	(n)
1991-2000	3*	0	0	3
1981-1990	10	4	0	14
1971-1980	17	6	0	23
1961-1970	10	8	2	20
1951-1960	3	7	2	12
1941-1950	0	4	0	4
1931-1940	0	1**	0	1
TOTAL	43	30	4	77

\*Chris Tonietto (1991); Tabata Amaral (1993) e Luísa Canziani (1996)

\*\*Luiza Erundina de Souza (1934)

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados do TSE

Em relação à autodeclaração racial, observa-se na Tabela 4 que a maioria das eleitas se autodeclararam brancas. No pleito de 2018, foi eleita a primeira deputada federal autodeclarada indígena da história brasileira. Chamamos a atenção para a sub-representação de eleitas pardas, pretas e indígenas, o que evidencia a maneira pela qual as desigualdades sociais se expressam de modo entrecruzado nas sociedades contemporâneas, revelando a importância de uma perspectiva interseccional de análise (cf. CARNEIRO, 2003; COLLINS, 2015 e CRENSHAW, 2002), a fim de identificarmos e discutirmos essa intensa sub-representação.

**Tabela 4** - A autodeclaração racial das eleitas

Raça autodeclarada	Eleitas pela primeira vez	Reeleitas	Eleitas após interrupção	(n)
Branca	35	25	3	63
Parda	5	3	1	9
Preta	2	2	0	4
indígena	1*	0	0	1
amarela	0	0	0	0
TOTAL	43	30	4	77

\*Joênia Wapichana (Rede-RR)

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados do TSE

Os dados indicam que grande parte das deputadas federais eleitas em 2018 são brancas – 81,8% (63) delas. Esse percentual é mais alto entre elas do que entre os deputados homens, que apresentam 74,1% (323) de autodeclarados brancos (e 21,6% (94) pardos, 3,9% (17) pretos e 0,5% (2) amarelos). Em 2018, houve crescimento do número de deputados/as federais autodeclarados/as negros/as em relação às eleições anteriores, principalmente porque houve um aumento de homens pardos entre os eleitos (CAMPOS;



MACHADO, 2020), mas, observando-se o gênero, o percentual de deputados pardos (21,6% entre os 436 deputados) é duas vezes maior do que o de deputadas (11,7% das 77 deputadas). Ao mesmo tempo, é preciso destacar o número minúsculo de deputadas autodeclaradas pretas: apenas 4, ou seja, 0,0078% das cadeiras.

Das 34 deputadas com experiência na Câmara dos Deputados (sendo 30 reeleitas e 4 eleitas após interrupção), ou seja, com uma carreira legislativa prévia ou em continuidade naquele âmbito, há somente seis deputadas autodeclaradas negras (duas pretas e quatro pardas). Elas são 17,6% das deputadas experientes e ocupam apenas 1,2% das cadeiras da Casa. Dentre as eleitas para um primeiro mandato, 81,4% (35) são brancas, repetindo o mesmo padrão observado para as deputadas reeleitas ou eleitas após interrupção.

Nas Tabelas 5 e 6, a seguir, podemos analisar a conjugalidade das eleitas e se elas têm ou não filhos, mapeando-se, de modo panorâmico, o arranjo familiar no qual se encontram.

**Tabela 5 - O estado civil das eleitas**

<b>Estado civil</b>	<b>Eleitas pela primeira vez</b>	<b>Reeleitas</b>	<b>Eleitas após interrupção</b>	<b>(n)</b>
Casada	27	13	3	43
solteira	11	12	0	23
divorciada	4	4	1	9
Viúva	1	1	0	2
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>	<b>30</b>	<b>4</b>	<b>77</b>

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados do TSE

Com base nas informações apresentadas, verifica-se que a maioria das eleitas pela primeira vez é casada (62,8%, entre as “novatas”) e tem filhos/as (72,1%, também entre elas), mais do que as reeleitas (que são, em seu conjunto, 43,3% casadas e 63,3% com filhos/as). Entre as quatro eleitas após interrupção, três são casadas e todas têm filhos/as. As solteiras são um percentual maior entre as reeleitas (40,0%) do que as eleitas pela primeira vez (25,6%), ainda que em números absolutos sejam 12 e 11, respectivamente.

Ainda que pouco exploradas pela literatura especializada, consideramos que a análise dessas variáveis é central se quisermos estabelecer um diálogo mais substantivo entre as críticas feministas e os estudos de carreiras políticas. De acordo com a teoria política feminista, o estado civil e a parentalidade são alguns dos dispositivos de gênero que configuram a divisão sexual do trabalho, reproduzindo condições desiguais para a construção de carreiras políticas de mulheres com potencial eleitoral, sobretudo quando

analisamos as posições sociais nas quais essas mulheres se encontram levando em consideração não apenas o efeito do gênero, mas sua interação com outros marcadores da diferença, tais como a raça, a classe social e a sexualidade (cf., dentre outros, MIGUEL; BIROLI, 2011 e 2014; BIROLI, 2018).

A parentalidade é proporcionalmente mais presente entre as deputadas de primeiro mandato (72,1% delas têm filhos/as) do que entre as reeleitas (63,3%). Se somadas as deputadas com experiência prévia na Casa (ou seja, reeleitas e eleitas após interrupção), ainda assim a parentalidade é percentualmente menor do que entre as “novatas” (67,6%).

Isso pode significar uma tendência de mudança no perfil das eleitas, que normalmente indicavam um padrão mais velho e sem companheiro/a entre as deputadas federais brasileiras (ARAÚJO; ALVES, 2007). Ao mesmo tempo, pode significar também que, nas legislaturas futuras, as deputadas federais de primeiro mandato sem companheiro/a e sem filhos/as sejam aquelas que terão, com mais facilidade, uma carreira parlamentar mais sólida – o que é uma hipótese a se testar em outros estudos.

**Tabela 6 - Parentalidade entre as eleitas**

<b>Têm filhos/as</b>	<b>Eleitas pela primeira vez</b>	<b>Reeleitas</b>	<b>Eleitas após interrupção</b>	<b>(n)</b>
Sim	31	19	4	54
Não	12	11	0	23
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>	<b>30</b>	<b>4</b>	<b>77</b>

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados do TSE

No tocante à escolaridade, não há diferenças notáveis entre as deputadas eleitas pela primeira vez e das reeleitas ou eleitas após interrupção. Na realidade, como podemos visualizar na Tabela 7, a maioria das eleitas possui ensino superior completo, o que corrobora os estudos sobre carreiras políticas no geral, indicando uma alta escolaridade geral para a Casa e, especialmente, para as mulheres (ARAÚJO; ALVES, 2007) –sendo, talvez, mais um indicador de sua hiperqualificação, impactando tanto sua ambição política individual quanto o processo de recrutamento político pelos partidos (FOX; LAWLESS, 2012).

**Tabela 7 - Escolaridade das eleitas**

<b>Escolaridade</b>	<b>Eleitas pela primeira vez</b>	<b>Reeleitas</b>	<b>Eleitas após interrupção</b>	<b>(n)</b>
fundamental incompleto	0	1	0	1
médio completo	1	1	1	3
superior incompleto	1	0	1	2
superior completo	41	28	2	71
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>	<b>30</b>	<b>4</b>	<b>77</b>

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados do TSE

A Tabela 8 apresenta as profissões das eleitas declaradas à própria Câmara dos Deputados<sup>13</sup>. A categoria mais recorrente é “professora”, que é igualmente distribuída entre eleitas pela primeira vez e reeleitas, sendo que metade das eleitas após interrupção também registram que são professoras. Mas, entre as eleitas pela primeira vez, a profissão mais declarada é “advogada”. Em terceiro lugar, temos empresárias e servidoras públicas, também distribuídas entre “novatas” e “experientes”. Isso nos chama atenção para a natureza profissionalizante das carreiras políticas, que se desenvolvem a partir de um

<sup>13</sup> Na ficha de candidatura entregue ao TSE em 2018, as profissões declaradas são bastante distintas – muitas são classificadas pelos cargos políticos que ocupavam à época. Diversas deputadas escolhem declarar à Câmara dos Deputados, para registro em sua biografia oficial na Casa, algumas profissões relacionadas à sua área de formação, enquanto não declaram sua atividade profissional publicamente conhecida. Assim, temos menos empresárias e políticas profissionais declaradas, enquanto temos mais professoras, por exemplo.

perfil ocupacional mais próximo do Estado – a literatura mostra, há décadas, que o recrutamento político tradicionalmente é realizado entre profissionais do Direito e servidores públicos, de modo amplo entre os partidos; entre empresários, em partidos que recrutam perfis mais elitizados e autônomos; e na educação, entre partidos que recrutam perfis da classe média intelectual (SANTOS; SERNA, 2007). O perfil ocupacional ligado à educação é também tradicional entre as deputadas federais brasileiras (PINHEIRO, 2007; MARQUES, 2010), o que indica que os dados referentes às eleitas de 2018 não trazem muitas novidades nesse sentido.

**Tabela 8** - Profissão declarada das eleitas

<b>Profissão declarada</b>	<b>Eleitas pela primeira vez</b>	<b>Reeleitas</b>	<b>Eleitas após interrupção</b>	<b>(n)</b>
Professora	8	8	2	18
Advogada	11	4	0	15
Empresária	4	4	1	9
Servidora pública	5	4	0	9
Médica	2	3	0	5
Administradora	3	2	0	5
Jornalista	3	1	0	4
Política	2	2	0	4
Escritora	3	0	0	3
Engenheira	1	2	0	3
Profissões com 2 ocorrências	7	8	1	16
Profissões com 1 ocorrência	7	4	1	12
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>	<b>42</b>	<b>5</b>	<b>103</b>
<b>(N)</b>	<b>43</b>	<b>30</b>	<b>4</b>	<b>77</b>

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados da Câmara dos Deputados

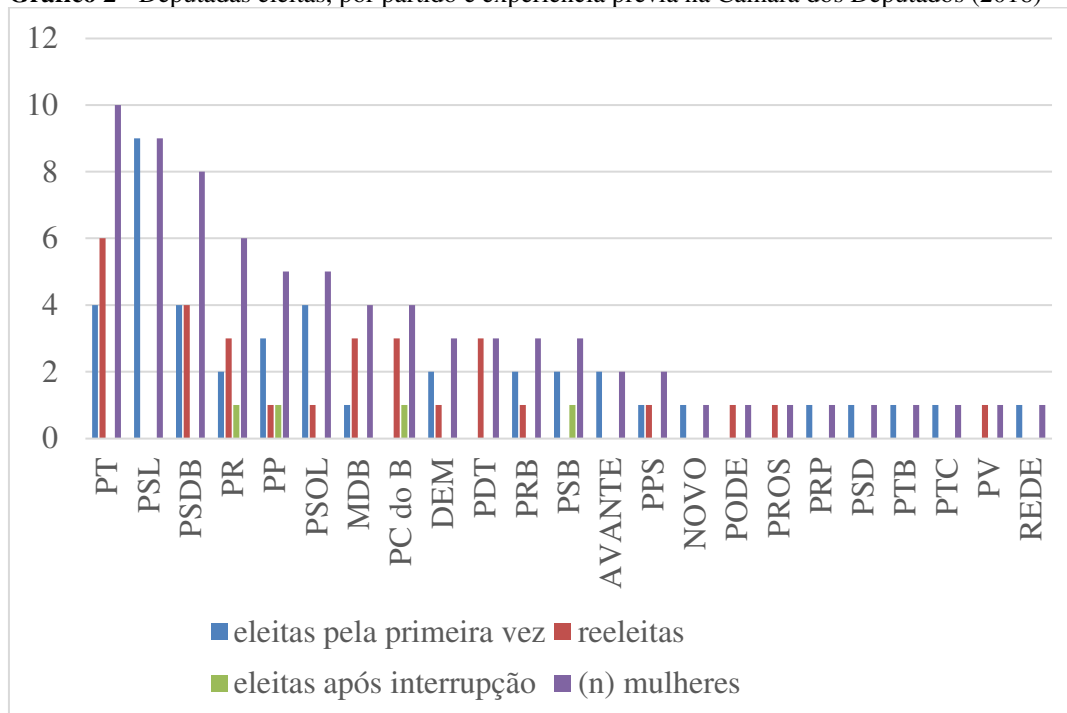
Entre as deputadas eleitas pela primeira vez, destaca-se uma variedade de profissões oficialmente declaradas que só se apresentam entre elas: escritora (3 casos); policial militar e cientista política (2 casos, cada); gerente de projetos, contadora, arquiteta, bibliotecária, procuradora de justiça, estudante e pastora (1 caso cada).

## **2. A filiação partidária das eleitas**

Esta seção tem como objetivo apresentar a trajetória política das eleitas às cadeiras da Câmara dos Deputados em 2018 com base em sua filiação partidária e nos tipos de capital que mobilizam.

O Gráfico 2, abaixo, indica quais são os partidos pelos quais as deputadas federais se elegeram em 2018. O fato mais evidente, que acompanha a alta fragmentação partidária brasileira, é que as deputadas se distribuem também de forma altamente fragmentada, entre 24 partidos (nas eleições de 2018, 30 partidos conquistaram cadeiras na Câmara dos Deputados). Desses 24 partidos que têm bancada feminina, dez têm somente uma (1) deputada federal eleita. Os 14 restantes concentram 67 deputadas, sendo que apenas seis deles têm no mínimo cinco (5) deputadas.

**Gráfico 2** - Deputadas eleitas, por partido e experiência prévia na Câmara dos Deputados (2018)



(n)=77 eleitas

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do TSE

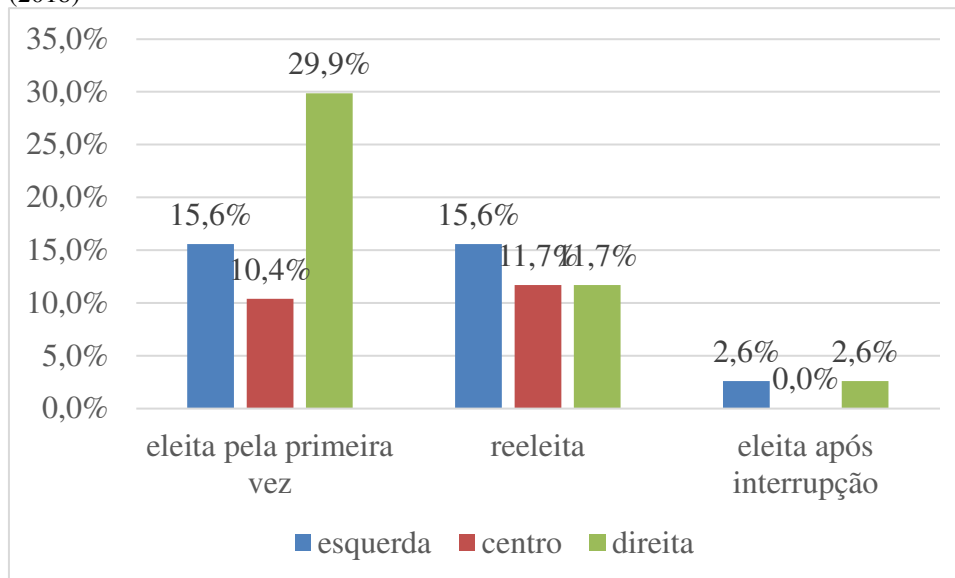
Os partidos que mais elegeram mulheres foram o PT, o PSL e o PSDB. No PT, maior partido da Casa e que concentrava um número maior de representantes entre a bancada feminina nas legislaturas passadas, a maioria da bancada é composta por candidatas reeleitas, apesar de 4 deputadas eleitas serem “novatas”. Já no PSL, segunda maior bancada partidária da Casa, toda a bancada feminina foi eleita pela primeira vez, dada a condição específica de competitividade do partido em 2018 – era o partido do candidato vencedor das eleições presidenciais, Jair Bolsonaro, o que atraiu um grande número de apoiadores/as recém-filiados/as a essa legenda, que, por sua vez, receberam alto apoio eleitoral.

No PSDB, eleitas pela primeira vez e reeleitas dividem a sua bancada de mulheres. É interessante notar que o PSDB tem a terceira maior bancada entre mulheres, mas apenas



a nona bancada no total da Câmara dos Deputados – em 2018, esse foi um dos partidos que mais perdeu assentos no Parlamento. Uma explicação que vem sendo apontada para este fenômeno de crescimento da bancada feminina do PSDB foi a mudança nas condições de organização interna do financiamento eleitoral neste partido na eleição de 2018 (SACCHET, 2020), o que fortalece a hipótese de que a divisão mais democrática e com controle interno dos recursos de campanha é um dos fatores mais centrais para garantir a efetividade das ações afirmativas para a eleição de mulheres.

**Gráfico 3** - Deputadas eleitas, por ideologia partidária e experiência prévia na Câmara dos Deputados (2018)



(n)=77 eleitas

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do TSE

A concentração das deputadas eleitas pela primeira vez se dá no campo dos partidos de direita – essas deputadas são 29,9% das cadeiras conquistadas por mulheres em 2018. Deputadas de partido de direita que foram reeleitas são 11,7%. Entre as deputadas de partidos de esquerda, o número de “novatas” é o mesmo de reeleitas – são 12 parlamentares eleitas pela primeira vez, o que representa 15,6% das cadeiras, e esse mesmo número de reeleitas. No centro, também há equilíbrio entre eleitas pela primeira vez e reeleitas.

A distribuição ideológica das deputadas aponta uma tendência que aconteceu para toda a Casa, como é possível observar no Gráfico 4. Em 2018, os partidos de direita conquistaram a maioria dos assentos na Câmara dos Deputados, e o mesmo aconteceu entre as mulheres eleitas. É importante notar que, comparativamente, entre as deputadas mulheres o percentual de partidos de esquerda é maior do que entre os deputados homens

(33 p.p., contra 25 p.p. entre eles), assim como entre elas o percentual de partidos de direita é menor do que entre os deputados (44,2 p.p., contra 52,1 p.p. entre eles).

**Gráfico 4** - Distribuição ideológica das bancadas feminina e masculina na Câmara dos Deputados (%)



(n) mulheres = 77; (n) homens = 436

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do TSE e classificação ideológico-partidária de Campos e Machado (2020)

### 2.1. O capital político das deputadas

Como já observado na seção 1, que explica o referencial teórico e metodológico deste artigo, o capital político é entendido enquanto um capital de prestígio deste próprio campo, adquirido e cultivado por meio de ações que gerem reconhecimento entre os agentes políticos. Ele pode ser também convertido de outros campos, sob uma taxa de conversão. Assim, o capital político pode ser delegado da ocupação de cargos públicos prévios, na militância partidária e na militância política na sociedade civil organizada. A socialização política no âmbito familiar, o que comumente é chamado “capital familiar” ou “família política”, é uma forma de capital político – porque não é externo a ele, mas, pelo contrário, envolve o conhecimento e o treinamento nas regras deste campo desde as relações familiares. Assim, é importante observar que o capital familiar não é “transferido” ou “convertido”, mas delegado das práticas realizadas pelo agente no campo político. Não significa, inclusive, que seja uma transferência do “chefe do clã” para familiares iniciantes na forma de apoio e apadrinhamento – embora isso, é claro, possa acontecer –, mas se trata da proximidade e acesso em relação ao campo político que quem

tem família política desfruta. Para eles/as, o campo político não é distante ou refratário. Inversamente, o entendimento de como funcionam as relações e hierarquias da política, assim o acesso às redes de apoio e recursos políticos, são muito mais disponíveis para quem tem parentes com capital político.

Como já indicamos anteriormente, do total de 77 deputadas federais eleitas em 2018, 43 foram eleitas pela primeira vez para a Câmara dos Deputados. Apesar de serem “novatas” nessa casa legislativa, isso não significa que sejam “novatas” no campo político institucional: praticamente metade delas, 21 deputadas, tinham experiência prévia na ocupação de outros cargos políticos. Assim, temos 22 eleitas (28,6% do total das deputadas federais, o que significa 4,3% das cadeiras da Casa) sem nenhuma experiência política institucional prévia. Das 21 eleitas pela primeira vez para a Câmara que já tinham experiência política, 19 vinham de trajetórias políticas eletivas ou de secretarias de Estado nos âmbitos municipais e federais.

Apenas três deputadas eleitas pela primeira vez para a Câmara dos Deputados já tinham ocupado cargos que podem ser considerados mais “altos” na hierarquia da carreira política do Brasil. Como indica Miguel (2003), a carreira política não é uma escada sem retornos – existe um padrão de lógica progressiva, mas é possível verificar algumas idas e vindas, principalmente dependendo do grau de competitividade dos distritos eleitorais e de eleições específicas. Nesse cenário, são notáveis esses três casos: (1) Margarete Coelho (PP-PI) foi vice-governadora do Piauí, imediatamente antes de se candidatar para a Câmara, e havia sido deputada estadual e secretária estadual; (2) Rose Modesto (PSDB-MS) era vice-governadora do Mato Grosso do Sul imediatamente antes de se candidatar à deputada federal, e havia sido secretária estadual e vereadora anteriormente; (3) Gleisi Hoffmann (PT-PR), terminava o mandato de senadora (2011-18) quando se candidatou à deputada federal, tendo sido também Ministra-Chefe da Casa Civil (2011-14), secretária municipal e estadual, além de diretora financeira em empresa pública (Itaipu Binacional) e, desde 2017, é presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), o partido com a maior bancada na Câmara dos Deputados. Entendemos que os casos das deputadas que foram vice-governadoras de unidades da federação pequenas não podem ser considerados um passo atrás na carreira, mas uma oportunidade de nacionalização do seu nome – ou seja, uma estratégia progressiva de carreira, principalmente em termos de fortalecimento de sua socialização política parlamentar. Já o caso da deputada Gleisi Hoffmann, parece-nos que a decisão da candidatura a um cargo mais baixo na hierarquia política, que lhe garantia maior competitividade e menores riscos, foi diretamente influenciada pela crise

política avassaladora pela qual o país, e especialmente o PT, tem passado nos últimos anos. Essa decisão se refletiu em sucesso eleitoral: neste pleito, Hoffmann foi a terceira candidatura e a mulher mais votada no Paraná, tendo a maior votação do PT no estado, com 212.513 votos nominais (em uma eleição cujo quociente eleitoral era de 191.064)<sup>14</sup>.

O que consideramos capital associativo, ou seja, delegado das atividades de militância política na sociedade civil organizada, também é capital do campo político. Ainda que essa militância não se dê necessariamente dentro das instituições do Estado, ela é uma atividade importante de socialização política e, para quem busca seguir carreira eleitoral, de filiação e recrutamento partidário. Diante disso, como discutido por Pinto e Silveira (2018, p. 192), os movimentos social e estudantil são importantes portas de entrada para as mulheres na política. Na Tabela 9, abaixo, apresentamos os dados de capital político associativo das eleitas:

**Tabela 9** - Militância na sociedade civil organizada das deputadas, por experiência prévia na Câmara dos Deputados (2018)

<b>Militância na sociedade civil organizada</b>	<b>Eleita pela primeira vez</b>	<b>Reeleita</b>	<b>Eleita após interrupção</b>	<b>(n)</b>
movimentos sociais	16	6	1	23
movimento estudantil*	7	3	1	11
Sindicatos	3	12	1	16
<b>TOTAL (citações)</b>	<b>26</b>	<b>21</b>	<b>3</b>	<b>50</b>
<b>(N)</b>	<b>43</b>	<b>30</b>	<b>4</b>	<b>77</b>

\*O movimento estudantil está destacado dos demais movimentos sociais para que possa ser analisado isoladamente.

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados do TSE, DIAP, CPDOC-FGV e páginas oficiais das deputadas federais.

Metade das deputadas federais eleitas em 2018 apresentam em sua trajetória atuação em organizações políticas da sociedade civil. Das 77 deputadas, 39 (50,6%) militaram em movimentos sociais, estudantil ou sindicatos de trabalhadores/as. É notável que a passagem por sindicatos de trabalhadores/as seja muito mais presente entre as reeleitas (40,0% delas), de carreira mais longa, do que entre as “novatas” (7,0%) – com a crise sindical dos últimos anos, sindicatos parecem não ser os principais espaços de recrutamento de novos quadros à carreira parlamentar. A militância em movimentos sociais, categoria bastante ampla, que vai de organizações progressistas à militância política tradicionalista e neoconservadora, é a mais presente entre as deputadas: 29,9%

<sup>14</sup> Cf. <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em 24/jun/2021.

do total de eleitas tem passagem por movimentos sociais, sendo que esse percentual é de 37,2% entre as eleitas pela primeira vez. O movimento estudantil continua sendo importante espaço de formação política, tanto entre “novatas” quanto entre as deputadas experientes.

É interessante pensar que 11 deputadas eleitas pela primeira vez (que representam 25,6% das “novatas” e 14,3% da bancada feminina) não têm nenhuma experiência política prévia em movimentos sociais ou na ocupação de cargos eleitos ou de confiança. A maior parte dessas deputadas que chegam à Câmara dos Deputados com nenhuma experiência de militância política foi eleita por partidos de direita (sete delas, ou seja, 63,6% desses casos) – há também três eleitas por partidos de centro e uma eleita por partido de esquerda. Cinco delas apresentam capital familiar (quatro de partidos de direita e uma de partido de centro), o que é um diferencial importante.

Pinheiro (2007), em seu importante estudo sobre as deputadas federais brasileiras, encontra até aquele momento duas rotas principais de acesso das mulheres à política institucional no Brasil: entre as parlamentares de esquerda, a militância em movimentos sociais era central; entre as de partidos de direita, a passagem por cargos de confiança no nível local e também o capital familiar eram marcantes em suas trajetórias.

Para as deputadas eleitas em 2018, controlando-se pela ideologia partidária, observamos que a maior parte dos 39 casos de deputadas com militância na sociedade civil organizada é filiada a partidos de esquerda (53,8%), seguidas de deputadas de partidos de direita (38,5%) e centro (7,7%). É importante ressaltar que, entre as deputadas federais eleitas pela primeira vez em 2018 por partidos de direita, muitas fizeram ou fazem parte de movimentos sociais. Ainda que, no geral de deputadas com histórico de militância, a filiação a partidos de esquerda seja mais presente, entre os 15 casos de deputadas de partidos de direita com capital associativo, 11 são de deputadas eleitas pela primeira vez e sete delas foram eleitas pelo PSL.

Entre as 77 deputadas eleitas em 2018, temos seis deputadas “*digital influencers*”, ou seja, influenciadoras nas redes sociais. Das seis (6), cinco (5) são deputadas eleitas pelo PSL, sendo que quatro delas têm militância em movimentos sociais de direita. A sexta também tem militância em movimentos sociais neoconservadores e faz parte da base parlamentar bolsonarista, tendo sido eleita pelo PRP.

Em um certo sentido, isso nos chama atenção para a necessidade de se questionar a tendência de naturalização da interpretação de que movimentos sociais são arenas de disputas políticas majoritariamente ocupadas pela esquerda. Como os movimentos atuam



hoje e de que forma são utilizadas as mídias sociais são perguntas de pesquisa centrais. Esse debate é complexo e está em construção pelo campo de estudos em participação política, direita e neoconservadorismos. Esse ponto nos parece importante de ser ressaltado, inclusive porque reforça o caráter interdisciplinar e inter-áreas dos estudos de carreiras políticas. Ou seja, seus diagnósticos e hipóteses nos ajudam a compreender fenômenos para além do âmbito institucional.

### 2.1.1. O capital político familiar

Como apontado pela literatura especializada, o capital familiar é uma importante variável para se entender o desenvolvimento das carreiras políticas. É preciso também considerar que ele opera diferentemente de acordo com os gêneros dos/as políticos/as profissionais (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015). Como já mencionado, a família política é mais um acesso à socialização política e, assim, é um grande diferencial para construir uma carreira política competitiva.

Na Tabela 10, a seguir, observamos que a maioria das candidatas eleitas pela primeira vez não apresenta capital familiar, destoando das reeleitas ou eleitas após interrupção.

**Tabela 10** - Capital familiar das deputadas, por experiência prévia na Câmara dos Deputados (2018)

<b>Capital familiar (parentesco com políticos/as)</b>	<b>Eleita pela primeira vez</b>	<b>Reeleita</b>	<b>Eleita após interrupção</b>	<b>(n)</b>
Sim	16	15	3	34
Não	27	15	1	43
(N)	43	30	4	77

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados do TSE, DIAP, CPDOC-FGV e páginas oficiais das deputadas federais.

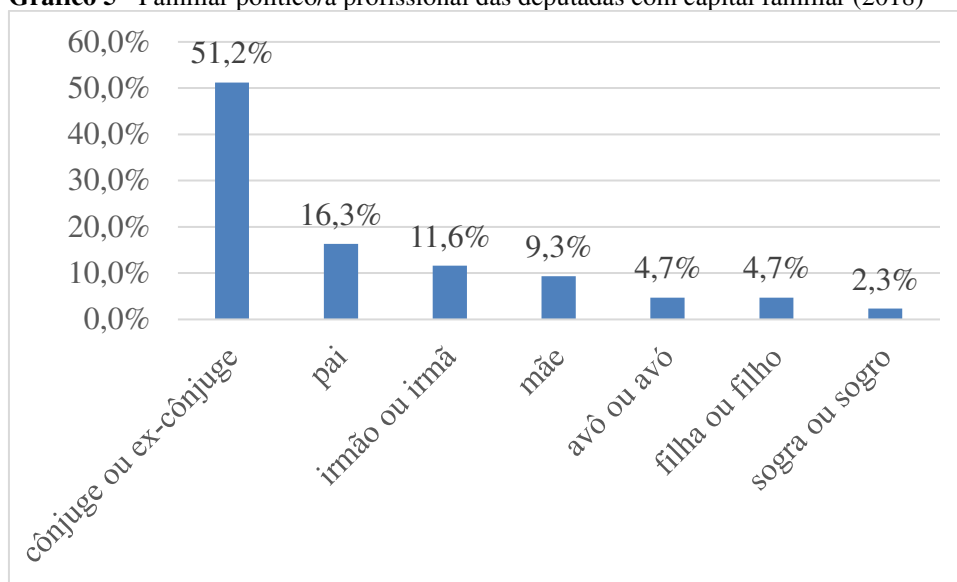
Entre as deputadas com carreira legislativa prévia na Casa, 50% das reeleitas e 75% das eleitas após interrupção apresentam laços familiares com políticos/as profissionais. Lembramos que essas relações não são necessariamente de apoio ou transferência de recursos, nem que elas estejam em uma posição subalterna nessa relação, mas significam que há uma rede político-familiar ativada, garantindo acesso facilitado ao campo da política profissional – tanto para as deputadas, quanto para seus parentes, sejam eles homens ou mulheres.

Esses dados indicam também a importância desse tipo de capital para as mulheres se estabelecerem no campo político, o que a literatura já tem indicado (MIGUEL;

MARQUES; MACHADO, 2015; PINHEIRO, 2007). Contudo, também nos chama atenção para o fato de que a maioria das eleitas pela primeira vez não possuem esse tipo de capital – entre elas, o percentual de capital familiar é de 37,2% (16 casos, em 43). Destes 16 casos de “novatas” com capital familiar, dez (10) foram eleitas por partidos de direita, quatro (4) em partidos de centro e somente duas (2) em partidos de esquerda.

No Gráfico 5, abaixo, podemos ver que para mais de 50% das eleitas que possuem parentesco com políticos/as profissionais o cônjuge ou ex-cônjuge é o familiar que também ocupou cargos públicos. Em segundo lugar, são o pai, seguido dos/as irmãos/as e da mãe.

**Gráfico 5** - Familiar político/a profissional das deputadas com capital familiar (2018)



(N) = 43 deputadas com capital familiar

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados do TSE, DIAP, CPDOC-FGV e páginas oficiais das deputadas federais.

O percentual de parentesco com cônjuges ou ex-cônjuges políticos é mais alto entre as reeleitas (23,3% delas) do que entre as eleitas pela primeira vez (18,6% delas), embora entre essas últimas essa categoria seja também o principal familiar que ocupou cargos. Quando comparamos eleitas pela primeira vez e reeleitas, podemos observar que entre as reeleitas o pai ou a mãe também são importantes fontes desse tipo de capital, destoando das eleitas pela primeira vez. Entre as reeleitas, 16,7% tiveram o pai e 10,0% tiveram a mãe ocupando cargos públicos. Já entre as “novatas”, irmão ou irmã é o/a familiar que mais ocupou cargos públicos (para 9,3% delas) depois dos cônjuges.

## **Considerações finais: há diferença entre as deputadas “novatas” e “experientes” eleitas em 2018?**

Como indicado na primeira seção do artigo, a hipótese deste trabalho é de que *não há distância notável entre deputadas federais eleitas pela primeira vez em relação às deputadas reeleitas ou reeleitas após interrupção em 2018*. No tocante à nossa hipótese:

- (1) Nossos dados indicam que as principais diferenças no perfil sociopolítico se deram em relação à faixa etária. Mas a faixa etária mais jovem entre as eleitas pela primeira vez é um dado esperando, é claro, porque significa a entrada de novos quadros partidários. São as demais variáveis que nos mostram se há um padrão de renovação de elites. Podemos observar a semelhança do perfil de raça (com baixíssima presença de deputadas não-brancas), escolaridade (que é concentrada nas altas faixas de titulação, com ensino superior completo) e profissão (com professoras, advogadas, servidoras públicas e empresárias entre as principais ocupações declaradas) entre as experientes quanto entre as deputadas de primeiro mandato. Nesse sentido, a observação é de que o perfil social das eleitas não tem sido renovado. Há uma pequena diferença no padrão de conjugalidade e maternidade entre “novatas” e “experientes”: a maioria das eleitas pela primeira vez é casada (62,8%) e tem filhos/as (72,1%), mais do que as reeleitas (43,3% casadas e 63,3% com filhos/as), mas isso pode não ser um sinal de mudança do perfil de recrutamento, e sim um indicador de que essa diferença entre casamento e cuidado com crianças impacta a longevidade da carreira política feminina.
- (2) A diferença ideológico-partidária entre deputadas “novatas” e reeleitas pode ser um indicativo de que os partidos de direita, que aumentaram bastante suas bancadas em 2018, tenham encontrado nas candidaturas femininas um espaço importante de ampliação da sua força política. A força bolsonarista também não menosprezou as candidaturas femininas: ainda que não agregue todo o bolsonarismo, um bom indicativo é que o PSL tem a segunda maior bancada da Casa e também da bancada feminina. No entanto, é necessário ressaltar que a bancada de direita aumentou, mas proporcionalmente é menor entre as deputadas do que entre os deputados homens. Continua como maior bancada feminina o PT, que também tem a maior bancada partidária da Casa, e destaca-se o caso do PSDB, que proporcionalmente tem muito mais peso na bancada feminina do que na Casa.

Como mostram a pesquisa de Sacchet (2020), a estratégia de coordenação política da secretaria de mulheres do PSDB em 2018 foi importante para garantir o cumprimento da reserva dos recursos de campanha, o que impactou em sua eleição. Esta questão é um ótimo caso para se acompanhar, enquanto agenda de pesquisa futura.

- (3) Em relação ao capital político delegado da ocupação e cargos públicos, verificamos que, das 43 deputadas eleitas pela primeira vez para a Câmara dos Deputados, metade delas (21) tinha experiência política eletiva ou de cargos de confiança no nível local (e havia também uma ex-senadora). Assim, 22 delas não tinham ocupado cargos.
- (4) Apenas 11 deputadas “novatas” não tinham nenhuma experiência política de ocupação de cargos públicos ou de militância na sociedade civil organizada – sete delas são de partidos de direita e cinco têm família política.
- (5) Em relação ao capital familiar, temos o nosso principal achado, diferenciando “novatas” de “experientes”: enquanto 50% das reeleitas e 75% das eleitas após interrupção têm familiares que ocuparam cargos públicos, esse percentual é de 37,2% entre as eleitas pela primeira vez para a Câmara dos Deputados. Não que esse percentual seja baixíssimo, porque ele ainda é bastante marcante (compreende um terço das “novatas”), mas esse fator diferencia, efetivamente, as deputadas que já ocuparam cadeiras na Câmara daquelas que estão chegando. Essa é uma tendência que deve ser acompanhada pelo campo de estudos de gênero e carreiras políticas em investigações futuras.
- (6) Esta pesquisa não se debruçou sobre o efeito do capital midiático na trajetória das eleitas para a Câmara dos Deputados em 2018. No entanto, vale a pena observar, a bancada de novatas trouxe consigo seis influenciadoras de mídias sociais, todas concentradas no campo dos partidos de direita bolsonarista, quase todas lideranças de movimentos sociais neoconservadores. Essa parece ser uma nova porta de entrada para este perfil de atuação política, o que deve ser observado enquanto agenda de pesquisa.
- (7) Neste artigo, tampouco nos debruçamos sobre os efeitos específicos do capital religioso na eleição das deputadas federais em 2018, o que é uma lacuna importante. A literatura especializada (MACHADO; BURITY, 2014; BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020) tem apontado a necessidade de se analisar esse

tipo de trajetória para as estratégias eleitorais e de organização da bancada religiosa no Parlamento.

À guisa de conclusão, são diversos os caminhos possíveis de serem percorridos se quisermos compreender o modo como as desigualdades de gênero impactam na construção das carreiras femininas e, no limite, obstaculizam a própria participação política das mulheres eleitas (em termos de barreiras para sobreviver politicamente e fortalecer sua agenda política e carreira parlamentar, dado o impacto da divisão sexual do trabalho político) ou não-eleitas (que tendem a se manter alijadas dos espaços de tomada de decisão pública). Este estudo, que se dedicou somente a entender o perfil social e de trajetória política das mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados em 2018, observando a diferença entre gerações de deputadas, a partir de uma análise sobretudo descritiva dos dados, evidentemente não é capaz de responder a todas essas questões, tampouco pretende fazer amplas generalizações.

Para além das limitações que este estudo carrega, dado o seu caráter panorâmico sobre as deputadas federais, também precisamos lidar com o que significou a chamada “renovação” do Congresso Nacional em 2018. No Brasil, ao menos desde as jornadas de junho de 2013 e, sobretudo, durante o golpe parlamentar que culminou na destituição presidenta Dilma Rousseff (JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016), intensificaram-se manifestações por parte da sociedade civil em defesa de uma renovação dos quadros políticos e eleitorais no país. Esse debate, ancorado em afetos políticos como o ressentimento e o desamparo, foi um dos pontos nodais das eleições de 2018, tendo em vista o aumento significativo de discursos contrários à “velha política” e seus representantes, ou seja, os políticos profissionais. Nesse contexto, não por acaso, grande parte dos/as candidatos/as e alguns veículos de comunicação passaram a mobilizar e apresentar-se enquanto representantes da “renovação política” - que, na prática, passou a operar enquanto um significante vazio, na medida em que diferentes sentidos e interesses passaram a ser ativados para justificar uma “nova” forma de se fazer política<sup>15</sup>. Chamamos atenção, considerando este cenário de disputas políticas, o fato de que não houve uma grande mudança no perfil social ou nas origens e trajetórias das deputadas eleitas. Precisamos compreender melhor o que é renovação – uma geração mais jovem de um

---

<sup>15</sup> Para uma maior contextualização, cf. GALLEGO (2018), BRINGEL; PLEYERS (2019) e MIGUEL (2019).



mesmo perfil social, com mais pessoas brancas, de alta escolaridade e ocupações socialmente prestigiadas, agora eleitas por uma sigla partidária repaginada?

Ainda que o próprio sentido da renovação geral na Câmara dos Deputados em 2018 possa ser discutido (foram 47,4% de representantes “novatos/as” eleitos/as), porque novos *indivíduos* no rodízio não significam necessariamente novos *padrões* de eleição, a análise feminista das instituições nos alerta para questões específicas. Quando se trata de um ambiente fortemente marcado por *regras informais* que definem hierarquias de gênero nas carreiras políticas, precisamos observar que há uma tendência a acomodação e reafirmação da marginalização das mulheres mesmo em contextos de mudança, a fim de que essas hierarquias de gênero não sejam ultrapassadas (MacKay, 2011). Nossa análise acende este alarme para pensarmos o que é ou não mudança política: recrutamento de novos indivíduos pelas mesmas vias e pelas mesmas práticas patriarcais resultará em reafirmação das desigualdades de gênero.

### Referências bibliográficas

ARAÚJO, Clara; ALVES, José Eustáquio Diniz. (2007), “Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol.50, n.3, pp. 535-577.

BIROLI, Flávia. (2018), *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. (2020), *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo.

BOURDIEU, Pierre. (1989), *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. \_\_\_\_\_. (2011 [1999]), “O campo político”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5, pp. 193-216.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. (2019), “June 2013, Five Years Later: Polarization, Reconfiguration of Activism, and Challenges for the Brazilian Left”. In: PUZONE, Vladimir; MIGUEL, Luis Felipe (eds.). *The brazilian left in the 21st century: conflict and conciliation in the peripheral capitalism*. New York: Palgrave-Macmillan, pp. 237-258.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. (2020), *Raça e eleições no Brasil*. Porto Alegre: Zouk.

CARNEIRO, Sueli. (2003), “Mulheres Em Movimento”. *Estudos Avançados*, vol. 17, nº 49, pp. 117–33.



CRENSHAW, Kimberlé. (2002), “Documento para o Encontro de especialistas em aspectos de descriminalização racial relativos ao gênero”. *Revistas Estudos Feministas*, vol. 10, nº1, pp. 171-187.

COLLINS, Patricia Hill. (2015), “Intersectionality’s definitional dilemmas”. *Annual Review of Sociology*, nº 41, pp. 1-20.

FOX, Richard; LAWLESS, Jennifer. (2012), “Entrando na arena?: gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 8, pp.129-163.

GALLEGO, Esther Solano (orgs.). (2018), *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

GAXIE, Daniel. (2012 [1980]), “As lógicas do recrutamento político”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 8, pp. 165-208.

HOOKS, bell. (2015 [2000]), “Mulheres negras: moldando a teoria política feminista”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 16, pp. 193-210.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (2016), *Por que gritamos golpe?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

MACKAY, Fiona. (2011), “Conclusion: Towards a Feminist Institutionalism?”, In: KROOK, Mona Lena; MACKAY, Fiona. *Gender, Politics and Institutions – Towards a Feminist Institutionalism*. Basingstoke, New York: Palgrave Macmillan. pp. 181-196.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. (2014), “A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 57, nº 3, p. 601-631.

MARQUES, Danusa. (2010), “Gênero e carreira política – o que diferencia deputadas e deputados federais em suas trajetórias?”. *Paper* apresentado no 34º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). Caxambu (MG), de 25 a 29 de outubro.

\_\_\_\_\_. (2019), “Por uma leitura feminista dos estudos legislativos no Brasil”. In: MARQUES, Danusa; REZENDE, Daniela; MANO, Maíra Kubík; SARMENTO, Rayza; GONÇALVES FREITAS, Viviane. *Feminismos em Rede*. Porto Alegre: Zouk.

\_\_\_\_\_. (2021), “Carreiras políticas e desigualdades: elementos para uma crítica feminista do campo político”. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, vol. 95, pp. 1-20.

MATOS, Marlise; BIROLI, Flávia. (2018), “Democracia, Estado e patriarcado: disputadas em torno dos direitos e das políticas de gênero”. In: HOLLANDA, Cristina Buarque de; VEIGA, Luciana Fernandes; AMARAL, Oswaldo E. do (orgs.). *A constituição de 88: trinta anos depois*. Curitiba: Ed. UFPR. Pp. 329-357.

MATOS, Marlise. (2020), “Mulheres e a violência política sexista: desafios à consolidação da democracia”. In: BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Carla; HOLANDA, Cristina Buarque de; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (orgs.). *Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias*. Campinas: Editora da Unicamp, pp. 109-142.

MIGUEL, Luis Felipe. (2003), “Capital Político e Carreira Eleitoral: Algumas Variáveis na Eleição para o Congresso Brasileiro”. *Revista de Sociologia e Política*, nº 20, pp. 115-134.

\_\_\_\_\_. (2016), “Introdução – Igualdade e democracia no pensamento político”. In: MIGUEL, Luis Felipe (org.). *Desigualdades e democracia: o debate da teoria política*. São Paulo: Editora Unesp. Pp. 8-23.

\_\_\_\_\_. (2019), *O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (2011), *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: Editora Unesp.

\_\_\_\_\_. (2014), *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. (2015), “Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol.58, n.3, pp.721-747.

NORRIS, Pippa. (2013), “Recrutamento político”. *Revista de Sociologia e Política*, vol.21, nº 46, pp. 11-32.

OLIVEIRA, Lígia de Moraes; MACEDO, Roberto Gondo. (2020), “Movimentos de renovação política no Brasil: o engajamento da sociedade civil na era digital”. *Agenda Pública*, vol. 8, nº 2, pp. 107-123.

PHILLIPS, Anne. (1995), *The politics of presence: the political representation of gender, ethnicity, and race*. Oxford/New York: Oxford University Press.

PINHEIRO, Luana. (2007), *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

PINTO, Céli Regina; SILVEIRA, Augusta. (2018), “Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014)”. *Opinião Pública*, vol. 24, nº 1, pp.178-208.

ROHDE, David. (2012 [1979]), “Propensão ao risco e ambição progressiva: o caso dos deputados federais nos Estados Unidos”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 8, pp. 209-236.

RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (orgs.). (2018), *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: EdUFBA.

SACCHET, Teresa. (2020), “A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais”. In: BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Carla; HOLANDA, Cristina Buarque de; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (orgs.). *Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias*. Campinas: Editora da Unicamp, pp. 71-108.

SANTOS, André Marenco dos; SERNA, Miguel. (2007), “Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 22, nº 64.

SCHLESINGER, Joseph. (1966), *Ambition and politics: Political careers in the United States*. Chicago: Rand McNally & Company.

VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). (2015), *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

YOUNG, Iris Marion. (2000), *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press.